

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) 1200 réis
Semestre 600 réis
Brasil e estrangeiro (ano) moeda forte 2500 réis
A ulso 20 réis
EDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Empresa do DEMOCRATA

Officina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha. 40 réis
Comunicados 30 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

Em que país vivêmos?

Apesar de todas as provas moraes e materiaes existentes, comprovativas do crime de burla de que aqui temos accusado o tenente medico miliciano Manuel Pereira da Cruz; apesar de ás autoridades militares termos, com a consciencia propria de quem só pretende contribuir para a reforma de costumes pouco em harmonia com a época que atravessámos, de moralidade e isenção, feito vêr o quão prejudicial á Republica seria a impunidade de delictos eguaes áquêles que aqui vinham sendo praticados ha muitos anos, apesar de tudo isso, o sr. Pereira da Cruz, diz-se, ficará ilibado de toda e qualquer culpa que merecesse castigo!!!

E' esta a grande novidade de hoje, que certamente deixará surpreendidos todos os nossos leitores como a nós nos surpreende, a dois anos de Republica, um tão completo acto de generosidade dimanado do fóro militar.

O que se está passando á volta do caso Pereira da Cruz é verdadeiramente assombroso! E é este um país que quer regenerar-se, que tem pretensões a impôr-se como país modelo entre aquêles onde o character individual se não assinala por baixezas, que aviltam, indignidades, que revoltam? Com exemplos dêstes? Não, mil vezes não!

Desesperámos ao ter de nos curvar deante de tanta infamia, que outro nome não tem a escandalosa protecção de que está cercado o autor das burlas que se vinham cometendo com a isenção de mancebos do serviço militar. Mas de ai ao completo desalento vai uma grande distancia. Até ao toque de LIMPÊSA têmos sempre uma esperanza...

Abertura do Congresso

Como prometi no numero anterior, vou dizer em poucas linhas o infame processo de que se serviram os partidos da politica monarchica para engrossar as suas fileiras, para que aquêles que têm o dever de pôr termo á desigualdade que se dá no pagamento da contribuição predial, com grande prejuizo para a Fazenda pública, possam, com mais razão de causa, apresentar ao parlamento os seus projectos financeiros que cuidadas e activamente tem estudado neste interregno parlamentar.

Como é sabido de todos, a base para o lançamento da contribuição predial, á falta de melhor e mais seguro processo, é a inspecção directa dos predios.

Foi para a organização dêstes trabalhos que os partidos monarchicos votaram toda a sua atenção porque era dêles que dependia toda a pouca vergonha que era necessario fazer para o aumento do numero de votos.

Nesta ordem de ideias, quem dava as cartas na organização dêstes trabalhos era, em cada distrito e concelho, o partido que aí preponderava, e assim, como no nosso distrito predominava a facção progressista, era ela que punha e dispunha dêstes serviços e, por consequencia, era ela que fazia a nomeação do pessoal avaliador dos predios.

As unicas condições exigidas para essas nomeações era a maior maleabilidade e a submissão absoluta ao chefe local.

Provas estas condições, estava feita a nomeação, não importando que os nomeados fossem ou não idoneos. E assim dava em resultado que algumas commissões eram compostas de individuos que não possuíam um unico palmo de terra, e outras por funileiros, alfaiates, ferradores, etc.

Começados os trabalhos, as

commissões trabalhavam, quando muito, tres dias na semana, e como a remuneração era em harmonia com o numero de predios avaliados e hectares que tinham, dava em resultado que nesses tres dias tinham que avaliar um numero tal de predios que podiam fazer uma média de 50 em cada dia da semana com um certo e determinado numero de hectares. E assim, para aumentarem ainda o numero de predios avaliados dividiam muitas vezes um unico predio em dois ou tres e aumentavam-lhe ou diminuíam-lhe a área conforme êle pertencia aos inimigos ou aos amigos politicos.

Os dos cabos de guerra da sua politica nem mesmo chegavam a vêr. Eram êles que lhes forneciam as indicações do rendimento colétable, área e confrontações.

Chegou-se a fazer mais. Chegou-se a fazer o serviço de muitos dias e não sei mesmo se de alguns mezes, nas adegas dos amigos e em patuseadas á sombra dos pinhaes.

De tudo isto resultou que proprietarios que eram quarenta maiores contribuintes, deixaram de o ser enquanto outros que o não eram ficaram-no sendo.

Mas pôdem, talvez, os ingenuos ou os que têm rasca na assadura perguntar porque é que sendo a politica dominante no distrito a progressista e sendo portanto ela a que possuia o maior numero de adeptos, como é que fazendo-se tudo isso, o rendimento colétable no distrito aumentou.

Deixo a resposta áquêles que não façam parte da grei predialista porque são esses quem pagam esse aumento.

Podia ainda apontar um sem numero de factos mais, podia mesmo mostrar muitos factos concretos, indicar nomes de lavradores que tendo um numero de propriedades dez vezes maior e mais rendosas, que outros, pagam menor contribuição predial que êles, para confirmar o que deixo dito, mas não o faço para não tirar mais tempo a quem se dêr ao trabalho de nos lêr.

Todavia indico-lhes ainda um. Estando ha dias a falar com um

cotado republicano cá do distrito no que aqui lhes deixo dito, ouvi-lhe o seguinte: *Sim, a propriedade não pôde pagar mais que a lei lhe exige, mas pôde render muito mais que o que rende, porque uma grande parte dêla não paga o que deve pagar. Assim, as minhas pôdem pagar mais que o que pagam porque as herdeiros dos progressistas, e tu sabes muito bem que as dêles não pagam o que devem pagar.*

Atendendo bem a isto, dada a desorganização em que se encontram as matrizes na maioria dos concelhos, e havendo até alguns que nem mesmo as possuem, nem bôas nem más, como é que ha quem se atreva a apresentar o alvitro do agravamento do imposto predial como meio de obter os recursos necessários para a defesa nacional?

De certo aos nossos representantes nem sequer lhes passa pela imaginação a ideia dum tal crime, porque isso não seria mais que voltar contra nós as armas, as mais poderosas e eficazes, com que combatemos a monarchia.

Uma revisão cuidadosa e conscienciosa das matrizes, impõe-se moral e economicamente.

Moralmente por que é uma dívida que contraimos para com o povo em troca do auxilio que lhe pedimos para a implantação da Republica, dívida que os homens mais em destaque do partido republicano garantiram com as afirmações mais categoricas, e até mesmo com a sua palavra de honra, quando da tribuna dos comícios faziam vêr ao povo que pagava essa flagrante injustiça; economicamente porque estão a deixar de entrar nos cofres públicos, anualmente, mais de seis mil contos, dêstes que podiam pagar, mas que não pagam por que faziam parte da côrte cacicácia.

De resto, os nossos representantes têm já pensado maduramente no assunto, e entre o numero dos seus projectos financeiros, que vão apresentar ao parlamento, figura algum tendente a evitar esta desigualdade que se traduz numa má arrecadação das mais importantes receitas públicas. Estâmos bem certos disso como

tambem o estâmos de que uma parte dêssa importante receita que vão conseguir com uma cuidadosa revisão das matrizes e com a applicação egual da lei da contribuição predial a hão de aplicar no fomento da agricultura.

E como auxiliar dêsse fomento outras medidas mais hão-de apresentar e entre êlas a solução do problema da emigração que deixou de ser um factor util e benéfico para se tornar uma verdadeira desgraça para a nossa agricultura.

Não são já quarenta mil individuos que anualmente vão ao Brazil mourejar o sustento de suas familias que nos mandam o ouro, de que nós tanto necessitâmos, com os olhos fitos no regresso; são cem mil ou mesmo muito mais que nos estão deixando, e o que é mais grave ainda, com as suas proprias familias que nem um centâvo nos mandarão porque na sua maioria nunca mais regressam ao seu país natal onde só passarão fome e miseria.

Sim, os nossos representantes hão ter estudado madura e cuidadosamente a solução dêste problema porque sabem muito bem que, se amanhã não tivermos braços para amanho as terras e se deixarmos morrer a nossa agricultura, o mais poderoso sustentaculo da nossa nacionalidade, deixará de existir nesse mesmo dia esta Patria querida que todos nós devemos amar e defender com todas as forças da nossa alma.

Assim o crêmos e assim o julgâmos.

C. V.

Despejo

Foi intimado mandado de despejo do presbitério da Oliveirinha, ao respectivo prior, Alvaro Henriques, paroco daquella freguezia sobre quem recae a accusação de contrariar o funcionamento da cultural e de mais actos de deslealdade para com a Republica. O sr. administrador e commissario de policia dêste concelho, a quem a lei faculta tal procedimento, mandou-o applicar sem demora após o convencimento absoluto da culpa do reverendo... que devia ser mais cauteloso e respeitador! Agora... chorar na cama que é lo-gar quente.

PELA MORALIDADE

Continúa a agitar a opinião pública a nossa campanha contra o miliciano Pereira da Cruz, accusado do crime de burla

A sua defesa sustentada por um jornal sem cotação, mas com pretensões ridiculas por o descaramento que representam

Eles juntam-se...

O Campeão, aquêles famoso órgão local que o público nas suas sábias sentenças denomina—*O Camaleão*—tantas tem sido as caras e as côres politicas que esse repugnante papel tem advogado, aparece, ha pouco, porque supõe azado o momento de falar, e m um estendal de legua e meia e respectiva salva de morteiros a proposito dos crimes que aqui temos imputado ao cunhado do redactor e proprietario do referido papel, o sr. Manuel Pereira da Cruz, tentando convencer a opinião pública que de toda a nossa campanha de moralidade e protesto contra a maior das poucas vergonhas que aí se praticava, foi simplesmente caluniosa!

E porquê? Porque segundo ele declara, teve já a prematura e interessante noticia de que o processo instaurado contra o medico miliciano que aqui temos exhibido envolto na gravidade das suas culpas, não tem por êlas a mais insignificante responsabilidade!

E assim, no entender, do grande órgão, fica tudo limpo e sanado, excepção feita á nossa humilde pessoa, sobre quem cairá

tudo o rigor da lei áparte a indemnização pedida que entra no calculo de se arranjar dinheiro para as despesas extraordinarias e a baixa dada do efectivo do exercito aos medicos e officiaes que, constituindo a junta militar de inspecção para o apuramento de mancebos em Ilhavo, levantaram tamanha infamia, devendo ser processados por caluniosa difamação, facto que se não pôde casar com o uso dum dolman com distintivos de official do exercito!

A isso se opõe as leis militares e como consequencia da sua culpabilidade baixa e infame, deverão ser riscados do exercito... por incapacidade moral!

Como vê o leitor, a ajuizar pelo arrasado, tão verdadeiro quanto sincero, do *Camaleão*, tudo é simplicissimo na liquidação final do incidente.

Nós, na cadeia, pelo menos seis anos; os officiaes da junta medica, abatidos ao efectivo do exercito, a entrega dos vinte contos de reis de indemnização e a proclamação ao mundo da inocencia, da pureza, da elevação de sentimentos do —como diz o cunhado—*dr. Manuel Pereira da Cruz, tenente me-*

